



ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA, REALIZADA EM 25/09/2023, ÀS 19h00, PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2025.

Ao vigésimo quinto dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte quatro, no auditório da Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Marleciene Priscila Presta Bonfin nesta municipalidade. Compareceram os que assinaram a lista de presença anexa, às dezenove horas, para a audiência pública de elaboração da Lei Orçamentária Anual de 2025. O mestre de cerimônia o sr. Pedro Victor Capossi Miguel, economista do Departamento de Planejamento Orçamentário, realizou a abertura da audiência agradeceu a presença e em seguida chamou ao palco o sr. Eduardo Marques, Secretário Adjunto de Finanças, que em seu turno iniciou a audiência agradecendo a presença de todos e ressaltando a importância da apresentação que viria a ocorrer. Concluída a abertura Eduardo transmitiu a palavra ao sr. Cristiano Penha, economista da Secretaria de Finanças Departamento de Planejamento Orçamentário. Iniciou a apresentação pelos capítulos da audiência, uma vez que o mesmo seria dividido em quatro partes podendo pontuar da seguinte forma 1) Planejamento da na gestão pública e Legislação, 2) Receitas da LOA, 3) Despesas da LOA e por fim 4) Principais investimentos e ações da LOA. Em sequência passou a explicar a importância do Planejamento na Gestão Pública, o qual envolve o Plano Diretor, o Planejamento Administrativo (Estrutura, Administração, recursos humano, capacitação e modernização) Planejamento Estratégico de Governo e ainda as demandas da População, ou seja, tudo que envolve valores reflete diretamente no Planejamento Orçamentário que em seu turno dá origem as leis do orçamento. As Diretrizes Estratégicas do Governo, tudo que o governo vê como prioridade dentro do município, que culminam nas seguintes Leis: PPA (tem como objetivo planejar a execução das políticas públicas), LDO (objetiva orientar) e a LOA (executar as políticas públicas, com valores e diversas ações de cada uma das secretarias). Explanou ainda que tudo gira em torno das políticas públicas, ou seja, as necessidades dos cidadãos. Esclarecendo para que o bom funcionamento da máquina pública, são necessários, além de recursos financeiros, recursos humanos, estrutura (prédios e equipamentos) e principalmente respeitar os limites legais. Preconizando que o orçamento é o resultado do equilíbrio entre as duas forças, as demandas, que são infinitas e dos recursos (sejam eles financeiros, humano, estrutural etc.) que são finitos. Na sequência fora apresentado uma imagem, elucidativa, onde uma família ao realizar a contabilidade doméstica confere as despesas mensais, tais como aluguel, água, energia elétrica, supermercado, telefone, prestação da geladeira esclarecendo que tais despesas são classificadas como custeio (aquelas de primeira necessidade), trazendo para a realidade da prefeitura, citou o funcionamento de escolas, centro de saúdes em funcionamento, limpeza urbana, entretanto classificou como investimentos (na ilustração apresentada de forma didática, trata-se do sonho de adquirir uma bicicleta do menino), um novo viário, a construção de um centro de saúde, uma nova creche, tudo que vai acrescentar. Dando sequência esclareceu o que o objetivo do administrador público é realizar de forma antecipada as seguintes leis, PPA que é realizado no primeiro ano do governo e será vigente para



os próximos quatro anos de governo, temos ainda a LDO, por sua vez, são estabelecidas as principais metas para o orçamento do exercício seguinte, entregue em abril com as metas do governo. Por fim, na LOA que estima a receita e fixa a despesa e deve ser aprovado pela Câmara de Vereadores tornando-se lei, será entregue até dia 30/09. Prosseguindo, ressaltou que a LOA exercício 2025 seria o foco desta audiência, preconizando ainda que se trata da última vinculada ao PPA 2022 – 2025. Neste ato, a referida norma estima as receitas e fixa as despesas para o exercício seguinte; prevê valores dos Programas e Ações definidas na LDO; demonstra de forma detalhada a receita por fonte de recursos e códigos de aplicação de cada receita (ressaltou que a prefeitura tem aproximadamente 300 receitas), tais como IPTU, ICMS, IPVA, Fundeb, convênios, etc., ainda detalha as despesas por categoria econômica, por fonte de recursos e código de aplicação; o custo anual de Programas e Ações e dotações orçamentárias, sendo que todos estes detalhes devem estar com consonância com o PPA e com a LDO, ou seja, qualquer ação da LOA deve estar prevista na LDO e no PPA, podemos criar algo novo na LOA, no entanto, esta alteração deverá se estender a LDO e ao PPA. Passou a explicar o processo de elaboração da referida Lei. Preliminarmente, deve-se projetar a receita para 2025, baseando-se na arrecadação dos anos anteriores e principalmente até o mês de agosto de 2024 quando inicia a confecção da LOA, cumprindo esclarecer que cada uma das receitas é corrigida de uma forma diferente, levando em consideração a inflação prevista (IPCA), a variação do PIB, Índice de Participação do Município no ICMS, histórico, etc., receita tributária (como IPTU, IR, ISS, ITBI, e as Taxas), receitas de contribuições da previdência dos servidores e a CIP (Contribuição de Iluminação Pública paga na conta de luz, ressaltou que tal receita só pode ser gasta com iluminação pública, não podendo ser utilizada com saúde por exemplo), outras receitas são as patrimoniais (proveniente de aplicações que rendem juros) e receitas Correntes (ICMS, dívida ativa, multas, etc.) e receita de Capital: operação de crédito e convênios (obras e equipamentos). Explicou ainda que em alguns casos, a origem da receita irá determinar qual despesa será onerada, exemplo, um determinado convênio (receita de capital) não poderá ser utilizado para folha de pagamento, apenas para o investimento que deu origem. Levantada a previsão de receita passa-se a calcular as despesas de 2025, para tanto, precisamos calcular os gastos de 2024, aplicação da máquina pública, convênios específicos de cada área, etc. Neste ponto passou a pontuar as principais despesas a serem observadas, dentre as quais podemos citar 1. Folha de pagamento (até 51,30% da Receita Corrente Líquida); 2. Dívida do Município (juros e amortizações); 3. Repasse Câmara (até 6% de grupo de impostos); 4. Contratos: garantir recursos para a continuidade dos contratos em andamento; 5. Obras, garantir recursos para obras em andamento, ressaltou que não se pode priorizar novas obras sem ter saldo para pagar as em andamento; 6. Outros custeios como por exemplo, água, luz, telefone, internet, cesta básica, combustíveis, medicamentos etc., 7. Se depois de tudo isso, houver uma folga no orçamento poderemos estudar novas despesas, ressaltando a dificuldade de acontecer, devido à escassez do orçamento e o aumento do custeio, considerando para tanto as inaugurações como um campo de futebol, após inaugura-lo, haverá o custeio com a manutenção do mesmo. Outra etapa a ser



observada, são os limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, dentre estes, o limite com pessoal (54% de limite, no entanto o limite prudencial é de 51,30%), gastos com ensino mínimo 25% da arrecadação com impostos, Saúde no mínimo 15% dos impostos e ainda com profissionais da educação mínimo 70% do FUNDEB preconizando, no entanto, que, tanto as receitas quanto as despesas devem estar equilibradas e ao nível de fonte de recursos e vinculação, exemplificou da seguinte forma, se prevê arrecadar cem milhões de reais com o SUS, deve haver uma despesa com o SUS de cem milhões de reais. Posteriormente passa-se a elaborar o texto do projeto de lei, Anexos e Gráficos, que será encaminhado à Câmara dos Vereadores até o dia 30 de setembro de 2024. Em prosseguimento, passou a explanar sobre a previsão de receitas que performou um total de R\$ 1.800.000.000,00, portanto, um crescimento de 12,5% em relação a previsão do total a ser arrecadado em 2024 que foi de R\$ 1.600.230.000,00, ressaltando alguns dos parâmetros, tais como crescimento do PIB de 2,3%, Inflação 4% e dólar a R\$ 5,50, conforme boletim Focus / IPEA, apresentou ainda a evolução da Receita Corrente Líquida, que exclui a receita de capital, operação de crédito, alienação de bens e emendas de parlamentares de custeio, está orçado em aproximadamente 4% frente ao exercício anterior totalizando R\$ 1.417.043.000,00. Apresentou ainda os valores esperados das principais receitas ICMS R\$ 290.320.000,00 (aproximadamente 16% do orçamento da prefeitura), ISSQN R\$ 255.000.000,00 (aproximadamente 14% do orçamento da prefeitura), FUNDEB (exclusivo da educação) R\$ 201.510.000,00 (aproximadamente 11% do orçamento da prefeitura), FPM (repasso federal) R\$ 123.086.000,00 (aproximadamente 6,8% do orçamento da prefeitura), IPTU R\$ 80.000.000,00 (aproximadamente 4% do orçamento da prefeitura) e IPVA (aproximadamente 3% do orçamento da prefeitura) R\$ 49.280.000,00 (aproximadamente 3% do orçamento da prefeitura), ou seja, estas seis receitas representam aproximadamente metade das receitas totais do município. Já classificando a receita total de R\$ 1.800.000.000,00 por categoria econômica, teremos 48% são referentes a Transferências Correntes Líquidas da dedução do FUNDEB – R\$ 864.846.700,00; 28% Receitas de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria (exemplificou com Hortoprev e CIP) R\$ 500.784.000,00 (IPTU, ITBI, IR, ISS e taxas); 9% Contribuições R\$ 172.473.000,00; 7% Operações de Crédito R\$ 120.100.000,00; 3% de Receita Patrimonial R\$ 49.809.000,00; 2% Transferências de Capital (convênios estaduais e federais) R\$ 45.943.300,00; 2% Outras Receitas Correntes R\$ 31.534.000,00; 1% Alienação de Bens R\$ 14.500.000,00 e a receita de Serviços R\$ 10.000,00 que não representa percentual significativo. Após, Cristiano apresentou o montante da Receita por Fonte de Recurso, onde 60% são do Tesouro equivalente a R\$ 1.073.314.000,00, 13% Transferências e Convênios Estaduais Vinculados R\$ 235.615.700,00, 10% Recursos Próprios da Administração Indireta R\$ 186.488.000,00, 10% Transferências e Convênios Federais Vinculados R\$ 179.221.300,00, 7% Recursos oriundos de Operações de Crédito R\$ 120.117.000,00, Recursos Próprios de Fundos Especiais Vinculados que correspondem a R\$ 5.244.000,00 (não considerável percentualmente). Da Receita Total, há que se considerar que ao subtrair os recursos destinados à Câmara Municipal e ao Instituto de Previdência restarão a prefeitura R\$ 1.563.340.000,00, subtraindo também as



receitas de capital, (oriundas de convênios federais e/ou estaduais e empréstimos) restarão a prefeitura R\$ 1.382.796.700,00 por fim, subtraindo mais outros repasses a previsão é que reste para o cofres da prefeitura o valor de R\$ 1.023.142.000,00 da receita do tesouro para 2025, portanto, 56,8% da receita total, para livre movimentação. Dando sequência à audiência, Cristiano apresentou as despesas por Órgão, considerando o montante total das previsões de despesas, ou seja, R\$ 1.800.000.000,00 teremos 87% destinado a prefeitura totalizando R\$ 1.563.340.000,00, á Câmara Municipal R\$ 50.172.000,00 (3%) e ao Instituto de Previdência (10%) R\$ 186.488.000,00. Já as despesas por categoria econômica da Prefeitura estão orçada na ordem de R\$ 1.563.340.000,00, já descontados os valores correspondentes à Câmara Municipal e ao Instituto de Previdência. Deste montante, 37% estão voltados a atender despesas com pessoal e encargos sociais (R\$ 574.920.192,00), 46% com outras despesas correntes (R\$ 720.686.208,00), 11% com Investimentos/Inversões Financeiras (R\$ 171.363.600,00), 2% juros e para encargos (R\$ 38.750.000,00) e ainda 4% a título de Amortização da dívida (R\$56.620.000,00). Após apresentou as proporções das despesas por Secretarias orientando que os valores apresentados já estão contabilizados as despesas com folha de pagamento, a secretaria de Saúde contou com R\$ 422.736.100,00 (27%), a Educação ficou com R\$ 416.405.700,00 (27%), frisando entretanto que somadas ambas as secretarias contam com mais de 50% do valor total, devido ao alto custeio destas secretarias, Obras contará com R\$ 137.638.900,00 (9%), Finanças R\$ 18.056.300,00 (1%), encargos gerais do município R\$ 153.817.000,00 (10%), Reserva de Contingência R\$ 1.000.000,00 (0%), Poder Executivo Municipal R\$ 2.320.000,00 (0%), Cultura R\$ 18.344.700,00 (1%), Esporte R\$ 18.726.500,00 (1%), Governo R\$ 29.211.200,00 (2%), Panejamento Urbano R\$ 17.712.300,00 (1%), Jurídico R\$ 11.056.000,00 (1%), Administração R\$ 61.397.500,00 (4%), Meio Ambiente R\$ 21.698.300,00 (1%), Segurança R\$ 32.607.300,00 (2%), Desenvolvimento Econômico R\$ 5.873.100,00 (0%), Serviços Urbanos R\$ 79.040.100,00 (5%), Mobilidade Urbana R\$ 66.656.700,00 (4%), Habitação R\$ 7.797.200,00 (1%) e Inclusão social R\$ 41.245.100,00 (3%). Ressalta-se que as receitas provenientes de impostos e transferências totalizam R\$ 1.053.926.000,00 sendo que no Ensino serão investidos 26,19% (R\$ 276.001.500,00) e na Saúde que o mínimo a ser investido seria 15% a municipalidade está investindo 25,48%, portanto R\$ 268.493.300,00 em conformidade com a legislação vigente. Adentrando aos principais Investimentos e Ações Cristiano, citou que perante a secretaria de Governo, temos Direitos humanos e Políticas públicas transversais, Política pública para mulheres, Fundo Municipal do Idoso, Serviço de publicidade e Propaganda e Apoio a Comunidade e Qualificação profissional. Na Chefia do Executivo constam as ações o Fundo Municipal de Solidariedade e o Controle Interno, na Inclusão e Desenvolvimento Social têm como principais ações a Proteção Social Básica (FMAS), Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade (FMAS) Fundo da Criança e do Adolescente (FUMCRIA), Gestão de Benefícios Eventuais, Estruturação da Rede SUAS, Apoio a Iniciativas de Qualificação Profissional e Conselho Tutelar, a Secretaria de Educação, Ciência e Tecnologia tem no seu orçamento distribuídos nas ações Equipamentos de Informática, Cobertura da Quadra EMEF Ghiraldelli, Construção de Quadra



coberta/aberta na EMEIEF Santa Esmeralda, Manutenção e reforma predial de unidades escolares, bolsa Creche, OSC para atendimento de crianças na modalidade Creche, Atendimento das Crianças no complemento Educacional, projeto de robótica e educação Especial/Inclusiva, kit de material escolar, uniforme escolar, Transporte Escolar, Alimentação Escolar, Segurança Alimentar, FUNDEB – Remuneração dos profissionais da Educação e FUNDEB – Programa De Desenvolvimento De Carreira Do Servidor – Educação. Na Secretaria de Cultura encontramos a Construção de Centro de Eventos, Reforma do Centro de Formação Musical Ronaldo Dias de Almeida, Música para Todos, Fomento e Incentivo à Cultura e Cidadania e Gestão, Realização e Promoção de Eventos Culturais. Para a Secretaria de Esportes estão previstos as ações Reforma do Vestiário do Campo de Futebol e implantação de ATI – Remanso Campineiro, Campo Society Sintético na Praça da Penha, Campo Society Praça de Esportes Joel Patrício (Jd. Santa Clara), Reforma/Construção do Vestiário do campo de futebol – Jd. N. Europa, Reforma do Ginásio de Esportes Poliesportivo Nelson Cancian, construção do Campo Society – Campo da Mina, reforma da arquibancada do Campo de Futebol Tico Breda, Esporte para todos (materiais esportivos, Taxas das Ligas e Federações Esportivas, Arbitragem dos Campeonatos, Manutenção e Conservação dos campos de futebol e Bolsa Atletas) e Gestão, realização e promoção de eventos esportivos. Na Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável os recursos são destinados para Recuperação Ambiental (manutenção de arborização, extrações e podas de arvores), Recuperação da área verde do parque terras de Santa Maria, Revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico, Produção e manutenção de mudas, Proteção e Bem Estar Animal e Fundo de Meio Ambiente. Para a Secretaria de Habitação serão destinados para as ações de Auxílio Moradia e Regularização de Áreas de Interesse Social. Serviços Urbanos temos as ações de limpeza Urbana, Manutenção da infraestrutura Urbana, Manutenção e Conservação de praças, Parques e Jardins e custeio da Iluminação do Espaços Públicos. Na Secretaria de Obras serão destinados para as ações de Ampliação e Aperfeiçoamento da iluminação pública / PPP, PDUSPAM (Programa de Desenvolvimento Urbano Sustentável, Preservação Ambiental e Modernização) Manutenção Asfáltica na estrada Pedrina Guilherme, Recapeamento asfáltico, de diversas vias em vários bairros, reformas de praças e Parques, Drenagem rua Jurandir Silvério – JD Minda e Pavimentação e Drenagem – Jd. Gabriel. Na Secretaria de Mobilidade Urbana temos as ações de Implantação e Manutenção de Ciclovias – FIID, Implantação e Manutenção dos serviços de trânsito, Educação Para Mobilidade, Controle e Gestão do Sistema de Transporte e Aquisição de Ônibus Elétrico. A Secretaria de Segurança os recursos visam a Gestão Operacional da Segurança e da Defesa Civil. Para a Secretaria de Saúde estão previstos nas ações a construção do CER, construção de 3 CAPS, construção UBS Nova Hortolândia, construção UBS Jd. Amanda III, ampliação UBS Nova Europa, Aquisição de Equipamentos para o Hospital, Reforma UPA Nova Hortolândia, Reforma UPA Amanda, Reforma UPA Rosolem, Reforma CEM – Centro de Especialidades Médicas, Gestão dos Serviços de Saúde, Medicamentos, atendimentos as sentenças judiciais, análises laboratoriais e programa de desenvolvimento de carreira do servidor – Saúde. No Planejamento Urbano temos a ação Cidade



Digital, na Secretaria de Administração e Gestão de Pessoal temos as ações de Assistência à Saúde do servidor, concessão de benefícios assistenciais ao servidor, concessão de auxílio transporte ao servidor e Programa de desenvolvimento de carreira do Servidor. À Secretaria de Desenvolvimento Econômico temos a ação de Fomento ao Desenvolvimento Econômico, cuja ação atende o Poupa-Tempo. Finalmente na Secretaria de Assuntos Jurídicos encontra se o PROCON. Finalizando a apresentação abrindo para perguntas ou considerações, qual seria o procedimento. O Sr. Airton Vendramini, servidor da Secretaria de Planejamento Urbano e Gestão Estratégica, perguntou sobre a possibilidade de haver alguma despesa de natureza imprevisível. Cristiano explicou sobre a reserva de contingência, no qual iniciará o exercício 2025 (se aprovado) com o valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) para tal finalidade, ressaltou ainda a possibilidade de alterar o orçamento mediante Decretos e Projetos de Lei. Em sequência, Cristiano foi indagado pelo servidor Carlos Bonifácio da Secretaria de Segurança, sobre a possibilidade de alteração nos valores destinados nas dotações orçamentárias por parte da Câmara, em resposta, o economista explicou que poderá haver emendas por parte dos legisladores, informou que já aconteceu em outros exercícios, mas não é comum. Encerrando, Cristiano explicou que o presente orçamento é fruto de todo um trabalho, não apenas dos servidores do Planejamento Orçamentário, mas de várias secretarias que inclusive estavam ali presentes e ainda que o objetivo de todas as áreas é encaixar as demandas no orçamento disponível. A palavra foi devolvida ao cerimonialista Pedro que em seu turno agradeceu a presença de todos dando por encerrada a audiência de elaboração da LOA 2025 às 20:05 onde

WILLIAN TETSUO
HOSAKA
BIFON:2265873683
5

Assinado de forma digital por
WILLIAN TETSUO HOSAKA
BIFON:22658736835
Dados: 2024.09.27 13:56:13
-03'00'

eu, Willian Tetsuo Hosaka Bifon _____, servidor do Departamento de Planejamento Orçamentário, lavrei a presente ata.